

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Agradeço a oportunidade que me concedem para poder falar do meu percurso profissional. Vou concentrar-me essencialmente nos pontos que me levam a pensar que reúno condições para me candidatar a membro do Conselho Regulador da ERC.

Foi na Consultadoria Jurídica do antigo Instituto, hoje Direcção-Geral do Consumidor, onde sou quadro, que me iniciei na resolução de conflitos, ao lidar com as queixas dos cidadãos que se sentiam prejudicados e recorriam àqueles serviços a pedir apoio.

Tive o privilégio de trabalhar numa área do Direito que estava a dar os primeiros passos em Portugal. Foi um tempo de descoberta de soluções e foi aí que aprendi que quase tudo tem solução. Também foi aí que, em representação do Governo português, discuti em Bruxelas e, posteriormente, elaborei propostas de legislação de diretivas como a Segurança de Brinquedos e Crédito ao Consumo.

Mais tarde, quando regresssei, depois de uma longa ausência, representei o Consumidor na Comissão Arbitral para o Turismo, criada para resolver contenciosos nessa área, e por onde passaram, no meu tempo, processos com alguma dimensão financeira, pelos elevados prejuízos que envolviam. Recordo o caso da falência da agência espanhola de Viagens Marsans e, estou certa, que muitos se recordam.

Uma outra tarefa que me coube nesta área do Consumidor, foi a criação dos CIAC – Centros de Informação Autárquica aos Consumidores. Sei que alguns dos Srs. Deputados provenientes de Municípios fora de Lisboa têm conhecimento do seu funcionamento junto das próprias autarquias. Ao todo, conseguimos, até à minha saída, inaugurar cerca de 70.

Entretanto, desempenhei as funções de Membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social durante quase oito anos, ou seja, entre 1994 e 2002. Fiz praticamente dois mandatos. O 1º, designada pelo Governo, e o 2º, eleita pela Assembleia da República.

À Alta Autoridade, precursora da ERC, estavam atribuídas parte das competências que hoje a ERC detém. Cada Membro tinha a tutela de áreas específicas, sendo, no entanto, sempre chamado a pronunciar-se sobre as restantes áreas.

Foi uma época de muito trabalho e grande divulgação dos direitos e deveres, quer aos cidadãos, quer aos próprios órgãos de comunicação social. Neste esforço de divulgação, foram realizados um sem número de conferências e seminários, para os quais foram convidados desde o cidadão comum ao legislador. Também foi a AACS que teve que emitir parecer prévio sobre a decisão de licenciamento, pelo Governo, dos

canais privados de televisão, mas esse processo decorreu no mandato anterior à minha entrada.

Nos meus mandatos, ocupei-me essencialmente dos Direitos de Resposta e Retificação bem como da Classificação das Publicações Periódicas. Esta última foi uma tarefa de grande exigência, uma vez que tivemos de reclassificar mais de 3000 publicações periódicas, devido à alteração legislativa que modificava as condições de atribuição do porte-pago. A título de curiosidade, posso informar que neste momento existem, registados na ERC, um total de 1820, sendo 1032 publicações periódicas em papel, 446 *online* e 342 em ambos os suportes.

Quanto aos pedidos, quase diários do exercício do direito de resposta na época da AACS, não os sei contabilizar, mas seria certamente, um exercício interessante.

Entretanto, deixei a Alta Autoridade para aceitar o convite para o cargo de Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, cargo que exerci durante três anos.

Foram três anos que, nessa qualidade, fiz a gestão de recursos humanos e de meios, num ambiente muito especial, e que foi para mim uma experiência muito enriquecedora. Como igualmente foi enriquecedor o trabalho parlamentar que acompanhei ou no qual participei durante aquele período. Ainda hoje, guardo boas recordações desse tempo, e porque não dizê-lo, muitos amigos.

Como têm conhecimento, nos últimos cinco anos exerci as funções de Diretora Executiva da ERC, que corresponderam ao segundo mandato desta Entidade, e que foram, na minha opinião, o tempo de consolidação do seu funcionamento.

Depois do impulso inicial, dado pelo primeiro Conselho Regulador, com a colaboração de todos, procedeu-se aos ajustamentos adequados à nova fase da instituição.

Aproveito para realçar, o que o faço com muito gosto, que a ERC é servida por um grupo de colaboradores muito bem preparados, o que torna o trabalho muito motivador.

Nos cinco anos que levo de Diretora Executiva, para além da responsabilidade da gestão corrente da ERC, tive oportunidade de organizar, apoiar e participar no lançamento de vários projetos, assim como no seu desenvolvimento.

Nessa medida, não fazia parte das minhas competências pronunciar-me ou interferir, nem que fosse indiretamente, nas deliberações do Conselho Regulador.

Senhoras e Senhores Deputados,

Neste novo desafio que me é proposto, agora como Membro do Conselho Regulador, gostaria de dar continuidade ao conhecimento e experiência adquiridos nos últimos cinco anos, para melhor servir a ERC num novo mandato.

Além disso, julgo ainda que o meu curriculum, feito de várias vivências profissionais, me habilita para as novas responsabilidades a que me proponho assumir.

Se contar com o vosso apoio, gostaria, no trabalho futuro, que fosse dada mais atenção à comunicação externa da ERC pelo próximo Conselho Regulador. Não obstante todo o esforço desenvolvido, reconheço que a Entidade deve ser mais efetiva na sua relação com a opinião pública.

Também gostaria que a ERC prosseguisse um trabalho que muito acarinho e que temos efetuado, junto das Redes de Reguladores Internacionais, nomeadamente no contexto da cooperação, como, por exemplo, com a participação na PER, uma Plataforma de Entidades Reguladoras dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, que, embora criada no 1º mandato, apenas neste que agora termina, se desenvolveu.

Devo ainda referir que, no âmbito desta cooperação, temos realizado, para além de várias ações de formação na sede da própria ERC, cursos, com o apoio de outras instituições. Refiro aqui um curso ministrado no início do ano no Instituto de Comunicação Social da Faculdade de Direito de Coimbra.

Também vários técnicos da ERC já se deslocaram para, junto das entidades constituintes desta Plataforma, promoverem ações de acordo com as suas solicitações.

Com a eleição do próximo C.Reg. a ERC entra no seu terceiro mandato. Do que hoje sei, da experiência que vivi como diretora executiva, penso que se oferecem, nos próximos 5 anos, novas possibilidades de aprofundamento das tarefas que estão consagradas no seu Estatuto e posteriormente lhe foram atribuídas.

Entendo que o novo C.Reg vai ter em mãos dossiers verdadeiramente importantes dos quais destaco:

A ajuda à redefinição da noção de Órgão de Comunicação Social;

A adaptação da Diretiva dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual;

As eleições para a Assembleia da Republica em 2019 versus pluralismo político e lei das sondagens;

E, por fim, a avaliação intercalar das licenças dos canais privados.

Senhoras e Senhores Deputados,

É o que tinha para vos transmitir.

Espero, assim, poder vir a merecer a vossa confiança.